



*REP's - Revista Even. Pedagóg.*

Número Regular: Educação Ambiental

Sinop, v. 12, n. 2 (31. ed.), p. 469-481, ago./dez. 2021

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

DOI: 10.30681/2236-3165

## A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE PSICOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL

## ENVIRONMENTAL EDUCATION IN PSYCHOLOGY COURSES IN MATO GROSSO DO SUL

**Jeferson Camargo Taborda**

**Jhonatan Saldanha do Vale**

### RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar como a educação ambiental está sendo oferecida nos cursos de psicologia do estado de Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória-descritiva e documental. Foram realizadas pesquisas no portal E-mec sobre os cursos de psicologia do estado bem como nos projetos pedagógicos destas universidades. Foi possível concluir que as questões ambientais estão parcialmente inseridas nos cursos de psicologia de MS. Os autores sugerem que a educação ambiental seja trabalhada de forma transversal nos projetos pedagógicos, sendo discutida em diferentes disciplinas durante o curso.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Psicologia Ambiental. Ensino Superior.

### ABSTRACT

This work aims to analyze how environmental education is being offered in psychology courses in the state of Mato Grosso do Sul. It is a qualitative research of an exploratory-descriptive and documentary nature. Researches were carried out on the E-mec portal on the psychology courses as well as on the pedagogical projects of these universities. It was possible to conclude that environmental issues are partially included in psychology courses. The authors suggest that environmental education



should be dealt with transversally in pedagogical projects, being discussed in different disciplines during the course.

**Keywords:** Environmental Education. Environmental Psychology. Higher Education.

Correspondência:

**Jeferson Camargo Taborda.** Doutor em Psicologia pela UCDB. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Paranaíba (CPAR). Paranaíba, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: [jeferson.taborda@ufms.br](mailto:jeferson.taborda@ufms.br)

**Jhonatan Saldanha do Vale.** Discente de Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Paranaíba (CPAR). Paranaíba, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: [jhon\\_saldanha@hotmail.com](mailto:jhon_saldanha@hotmail.com)

Recebido em: 31 de julho de 2021.

Aprovado em: 30 de novembro de 2021.

Link: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/4456/3076>

## 1 INTRODUÇÃO

É difícil determinar exatamente quando a temática ambiental se tornou uma questão urgente para o Brasil. Nas últimas décadas, temos assistido um crescimento nunca antes visto de degradação ambiental que, associado ao capitalismo cada vez mais predatório dos recursos naturais, contribui para previsões menos satisfatórias para a vida humana e para outros seres vivos no planeta (LEVY-LEBOYER; DURON, 1991, *apud* PINHEIRO, 1997).

É fato que a necessidade de lidar com estas questões só ocorre muito tardiamente no país. O grande marco da educação ambiental, que emerge em conjunto com a Política Nacional de Educação Ambiental, é a Lei nº 9.795 de 1999 (BRASIL, 1999). Esta lei apresenta a seguinte definição: “entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” (BRASIL, 1999, p. 1).

Essa Lei estabelece a base das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, de 2012 (BRASIL, 2012). Contudo, segundo Adams (2012), ainda é muito generalizado em todos os níveis de ensino, da Educação Infantil ao

Ensino Superior, que a educação ambiental seja trabalhada de forma fragmentada e estanque ou quando muito limitada a datas comemorativas (Dia da Água, Dia da Terra...), que pouco ou nada produzem em efetivas ações de transformação da realidade social.

Em específico sobre a psicologia, é conhecido o fato de que ela nunca teve uma tradição de estudos ambientais. Diferente da sociologia, que logo no início do século XX se preocupou com efeito das interações urbanísticas, por exemplo, a psicologia quase sempre se deteve a processos individuais ou pequenos grupos (FERREIRA NETO, 2004). Como veremos adiante, quando o ambiente apareceu em suas discussões, era entendido apenas como um cenário estático que poderia favorecer ou não estímulos aos sujeitos: “na tradição psicológica sempre houve muito maior atenção à ação do ambiente sobre a pessoa, do que o contrário” (PINHEIRO, 1997, p. 387).

Somente a partir da década de 1980, após o advento da chamada ‘crise da psicologia’, a temática ambiental deixou de ter este papel secundário e começou a ser percebida como intrínseca às questões sociais e políticas (PINHEIRO, 1997). Não se tratava mais de apenas descrever e analisar as interações humano-ambiente, mas sobretudo identificar a responsabilidade política e social das instituições, assim como o papel ativo dos sujeitos frente às questões ambientais.

A partir destas considerações, o presente trabalho objetiva analisar como a educação ambiental, e especificamente a psicologia ambiental, está sendo oferecida nos cursos de psicologia do estado de Mato Grosso do Sul (MS). Adotamos como método a abordagem qualitativa de natureza exploratória-descritiva e documental. Foram pesquisadas as informações no site do Ministério da Educação (E-MEC) sobre as instituições que oferecem o curso de psicologia em MS bem como nos projetos pedagógicos das universidades do estado. O que se pretende é apresentar um panorama de como os cursos de psicologia do estado inserem a temática ambiental em seus currículos.

## **2 O ‘AMBIENTAL’ NA PSICOLOGIA: ONTEM E HOJE**

As relações entre a psicologia e o ambiente sempre foram objeto das mais variadas discussões, ora com tendências individualizantes, ora com tendências

sociologizantes (FARR, 2013; ÁLVARO; GARRIDO, 2006). No desenvolvimento específico da psicologia ambiental, podem ser apontadas tanto influências externas quanto internas para seu desenvolvimento.

As principais influências externas na origem da psicologia ambiental podem ser resumidas em três: a primeira foi proveniente da arquitetura e planejamento urbano, quando surgiu a necessidade de reconstrução das cidades no pós-guerra; a segunda advém da geografia, quando os geógrafos, por volta da década de 1940, incluíram em suas discussões o papel sociocultural e a cognição espacial; a terceira partiu das ciências ecológicas, mediante a necessidade de compreender os fatores humanos na degradação e preservação ambiental (BONNES; SECCHIAROLI, 1995, *apud* PINHEIRO, 1997).

As influências internas não são difíceis de identificar, pois o ambiental sempre teve um papel importante nas diferentes teorias psicológicas. Wundt, que inaugurou a psicologia moderna, realizou pioneiros estudos experimentais sobre a percepção dos sujeitos a certos estímulos. Sigmund Freud deu primazia ao espaço familiar e social como a fonte para o desenvolvimento do psiquismo. Por outro lado, o behaviorismo, nas suas mais diferentes vertentes, também sempre destacou o ambiente para a compreensão do comportamento humano (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Porém, foi Kurt Lewin o grande nome que levantou os alicerces do que seria conhecido posteriormente como psicologia ambiental. Mais conhecido por ser o fundador das dinâmicas de grupo, Lewin também foi pioneiro ao abordar de forma sistemática a relação sujeito-ambiente. Ancorando-se na topologia, área da matemática que estuda os espaços, o autor lançou as bases para os mais diferentes estudos sobre as interações humanas com os ambientes. Dentre os colaboradores influenciados pelos estudos de Lewin, é importante destacar Roger Baker, fundador da psicologia ecológica, e Urie Bronfenbrenner, conhecido pelos estudos sobre ecologia do desenvolvimento humano (PINHEIRO, 1997).

Apesar do pioneirismo de tais estudos, boa parte das discussões de Lewin e colaboradores se ancoravam em perspectivas funcionalistas, o que imprimia um caráter generalista e pouco afeito às discussões políticas que permeiam o tema ambiental. É importante dizer que não somente esta vertente, mas a grande maioria dos saberes psicológicos, sempre permaneceu distanciada das problemáticas

político-ambientais. Enquanto as demais ciências sociais avançavam sobre discussões urbanas e rurais (VELHO, 2013), por exemplo, a psicologia quase sempre tratou estes assuntos como questões secundárias ou no máximo como os 'contextos' dos sujeitos.

Conforme Ferreira Neto (2004), este distanciamento da psicologia para estes temas provém da clássica separação cartesiana entre a substância pensante e a substância material. Segundo o autor, foi justamente o fato da psicologia se apropriar deste dualismo que possibilitou sua emergência e consolidação enquanto ciência, ou seja, ao tomar como objeto exclusivamente os processos da 'interioridade' acabou por deixar em segundo plano a 'exterioridade' que seria, portanto, objeto de outros saberes. Este processo de distanciamento entre a temática ambiental e as questões políticas intrínsecas seria ainda mais reforçado durante todo o século XX, quando em solo estadunidense, as ciências sociais, em especial a psicologia social, sofreria um longo processo de individualização (FARR, 2013).

Somente a partir da década de 1980, com a chamada crise da psicologia social, a psicologia começaria efetivamente a assumir real compromisso com transformações sociais (ÁLVARO; GARRIDO, 2006), e conseqüentemente a pactuação em lutar pelas questões ambientais. É interessante destacar que o tema da preservação do meio ambiente e da conservação dos recursos naturais também ganhou muita força justamente a partir de 1980, culminando com a Política Nacional de Educação Ambiental, que seria lançada em 1999.

Atualmente, a psicologia ambiental se encontra em plena expansão. É visível a grande inserção desta em Programas de Pós-Graduação, assim como o intercâmbio permanente entre pesquisadores de diferentes países. Além disso, destaca-se a expressiva diversidade de produção científica latino americana e brasileira na área, inclusive com dossiês (SOUZA; FACCI; SILVA, 2018).

Sabemos que as articulações entre psicologia e educação ambiental não se resumem apenas a psicologia ambiental. Fizemos esta escolha apenas por entendermos que, dentre as diferentes aproximações entre estas áreas, a psicologia ambiental ganha destaque.

### **3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PSICOLOGIA**

Apesar dos diferentes atravessamentos entre a psicologia e as temáticas ambientais, sua aproximação com a educação ambiental é bastante recente. Conforme apontado, a educação ambiental é instituída oficialmente no país somente em 1999, porém, sua principal tendência foi seguir uma perspectiva privatizante, ou seja, foi quase sempre tratada a partir de pressupostos neoliberais, nos quais o sentido de caráter público das questões ambientais aparece quase sempre atrelado a interesses midiáticos (SILVA-SANCHÉZ, 1999).

Na psicologia, a temática ambiental só teve início a partir da década de 1960. O crescimento populacional, a degradação ambiental, o uso dos espaços sociais, os limites dos recursos ambientais, dentre outros, fomentaram o desenvolvimento de estudos e pesquisas nesta área. No entanto, somente a partir do final do século XX viria a emergir uma efetiva preocupação sobre a sustentabilidade, a limitação e a escassez dos recursos naturais utilizados por diferentes indivíduos e seres vivos (BONNES; BONAIUTO, 2002, *apud* CARVALHO; MONTEIRO, 2014).

Carvalho e Monteiro (2014) apontam que a ambientalização dos currículos de psicologia no Brasil ainda é muito precária, sendo que a discussão sobre problemas ambientais, quando existente, ocorre somente por meio de disciplinas como a psicologia ambiental.

Segundo as Diretrizes Nacionais de Educação Ambiental, a educação ambiental pode ser inserida na Educação Superior de três formas:

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (BRASIL, 2012, p. 5).

No caso dos cursos superiores, ainda segundo essa resolução, a modificações devem ser realizadas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Atendendo a essas demandas, a Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de psicologia e estabeleceu normas para o PPC para a Formação de docentes de psicologia, sofreu revisão por meio do parecer CNE/CES nº 1071/2019, aprovado em 4 de dezembro de 2019. Nessa revisão, o art. 24, referente a formação de

docentes de psicologia, pontua que uma das competências a ser desenvolvida é a transversalidade temática, para que o estudante seja capaz de desenvolver a habilidade de tratar de temas, dentre estes a educação ambiental, de forma sistematizada e integrada aos demais conhecimentos e vivências. Um modo de identificar como isto vem sendo efetivado pode ser mediante a análise dos projetos pedagógicos dos cursos de psicologia.

#### **4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PSICOLOGIA AMBIENTAL NOS CURSOS DE PSICOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL**

Para fazermos esta análise de como a educação ambiental e a psicologia ambiental estão sendo oferecidas nos cursos de psicologia do estado de MS, adotamos como método a abordagem qualitativa e como técnica a pesquisa documental: “a técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas.” (HELDER, 2006, p. 1-2).

Os projetos pedagógicos foram analisados a partir dos seguintes modelos de integração da educação ambiental:

1. tratamento disciplinar, onde a EA é uma disciplina específica.
2. tratamento multidisciplinar, onde os aspectos ambientais são incorporados isoladamente em diversas matérias, que são mais ou menos coordenadas.
3. tratamento interdisciplinar, onde a EA está presente em todas as disciplinas, que a veem desde seus próprios esquemas conceituais e metodológicos.
4. tratamento transdisciplinar, onde a EA impregna todo o currículo, desde os objetivos até os conteúdos.
5. tratamento misto, onde, em algum dos modelos anteriores se reforça o currículo de EA, através de alguma disciplina de apoio (MUÑOZ, 1996, *apud* KITZMANN; ASMUS, 2012, p. 276).

Segundo Kitzmann e Asmus (2012), a ambientalização dos currículos é um processo complexo, envolvendo não apenas instâncias administrativas e políticas, como na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), além de normas e regulamentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Esta pesquisa sobre a ambientalização dos projetos pedagógicos dos cursos de psicologia de MS foi realizada em duas etapas. Num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa no Portal E-MEC, *site* do Ministério da Educação que



disponibiliza as informações sobre as instituições de ensino superior do Brasil. No estado de MS foram encontrados, ao todo, 15 cursos em atividade. Esses são diferenciados segundo as seguintes categorias administrativas: pública federal (5), privada sem fins lucrativos (4) e privada com fins lucrativos (6). A maioria dos cursos é na modalidade bacharelado. Contudo, algumas instituições oferecem também a modalidade licenciatura, o que acaba por caracterizá-los como dois cursos. Para este trabalho, optamos por fazer este levantamento nos cursos de psicologia enquadrados na categoria pública federal e privada sem fins lucrativos.

Num segundo momento, a pesquisa buscou analisar como a educação ambiental aparece nos projetos pedagógicos dos cursos de psicologia do estado de MS. Foi procurado identificar se a psicologia ambiental ou correlata aparece como disciplina e se a temática ambiental está presente no currículo. É importante destacar que cada curso de graduação tem autonomia para criar seu PPC, mas deve se pautar com base nas DCNs, estabelecidas pelo Ministério da Educação. Importa ainda enfatizar que as DCNs dos cursos de psicologia foram aprovadas em 2004 e revisadas em 2011 (SOUZA; FACCI; SILVA, 2018). Como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental só emergiram em 2012, a hipótese é de que os cursos ainda não atualizaram plenamente a temática ambiental em seus projetos pedagógicos. A seguir, apresentamos cada um dos cursos e as informações coletadas nos projetos pedagógicos.

Quadro 1 - Educação ambiental nos cursos de psicologia do MS

IES / MUNICÍPIO	LEI DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PPP	PSICOLOGIA AMBIENTAL OU CORRELATA	TEMÁTICA AMBIENTAL NO PPP	MODELO DE INTEGRAÇÃO
UFMS / Corumbá	Sim	Sim	Sim	Disciplinar
UFMS / Campo Grande	Sim	Sim	Sim	Disciplinar
UFMS / Paranaíba	Sim	Não	Sim	Interdisciplinar
UFGD / Dourados	Sim	Sim	Sim	Multidisciplinar
UCDB / Campo Grande	Sim	Não	Não	Interdisciplinar
UNIGRAN / Dourados	Não	-	-	-
AEMS / Três	Sim	Sim	Sim	Mista



Lagoas				
--------	--	--	--	--

Fonte: do próprio autor

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), fundada em 1962, é a maior universidade do estado, possuindo dez campi, sendo o campus principal situado em Campo Grande, capital do estado, e os demais campus em nove municípios no interior. A instituição possui cursos de psicologia nos municípios de Corumbá, Campo Grande e Paranaíba. Todos os três ocorrem na modalidade bacharelado.

O curso de psicologia mais antigo da UFMS fica localizado no campus do Pantanal, em Corumbá, cujo início data de 1969, quando houve a fundação do campus no município. O projeto pedagógico apresenta a lei da Educação Ambiental (BRASIL, 1999) e traz a psicologia ecológica como disciplina optativa, o que contempla em sua ementa a psicologia ambiental. O modelo de ambientalização desse projeto pedagógico pode ser categorizado, portanto, como modelo disciplinar, já que a temática ambiental aparece numa disciplina específica.

No campus de Campo Grande, temos um curso de psicologia que foi iniciado em 2001. Não foi encontrada, no projeto pedagógico do curso, nenhuma menção sobre a lei da Educação Ambiental. A temática ambiental também não aparece nas disciplinas do curso. Contudo, o currículo apresenta a psicologia ambiental como disciplina optativa, o que nos permite inferir que a ambientalização deste curso também se caracteriza por adotar um modelo disciplinar.

O terceiro curso de psicologia da UFMS é localizado em Paranaíba. que teve início com a data da fundação do campus, em 2001. A última atualização do projeto pedagógico do curso é de 2017, e apresenta a lei da Educação Ambiental (BRASIL, 1999) como um de seus fundamentos legais. Entretanto, o PPC de psicologia de Paranaíba não apresenta a disciplina psicologia ambiental. Pelo que se pode observar pelas ementas das disciplinas, a ambientalização curricular aparece como um modelo interdisciplinar, ou seja, a temática ambiental aparece em diferentes disciplinas sendo trabalhada a partir de seus pressupostos.

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi fundada em 2006 e possui sede no município de Dourados. O curso de psicologia teve início em 2009. O projeto pedagógico do curso informa que atende às Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012) e afirma que a educação ambiental “está presente nas atividades curriculares do curso de modo transversal, contínuo e permanente, com a oferta dos Componentes Comuns à Universidade” (p. 17). Contudo, não foi possível observar a temática ambiental em nenhuma das ementas das disciplinas. O projeto pedagógico não apresenta a psicologia ambiental, mas traz como disciplinas correlatas ‘Sustentabilidade na Produção de Alimentos e de Energia’ e ‘Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade’. O projeto pedagógico ainda informa que a instituição tem aprovado, desde 2013, uma Política Ambiental que visa promover ações diversas sobre a temática em toda a universidade. É possível dizer que a ambientalização do projeto pedagógico da UFGD segue o Modelo Multidisciplinar, quando “os aspectos ambientais são incorporados isoladamente em diversas matérias, que são mais ou menos coordenadas” (KITZMANN; ASMUS, 2012, p. 277).

A segunda categoria administrativa aqui analisada diz respeito às Universidades privadas sem fins lucrativos. A Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), data de 1961, sendo considerada a mais antiga entre as universidades privadas sem fins lucrativos e a única considerada comunitária e confessional. O curso de psicologia dessa instituição teve início em 1975. O projeto pedagógico que tivemos acesso data de 2015. A lei da educação ambiental é citada no texto, mas não apresenta a disciplina de psicologia ambiental e nenhuma outra correlata. O projeto menciona que a temática ambiental está contemplada “nas disciplinas Atividades Integradas I e II, Psicologia da Saúde II, Psicologia e Processos Inclusivos, Psicologia Social III e Psicologia Comunitária” (p. 32). Sendo assim, o projeto pedagógico do curso de psicologia da UCDB pode ser categorizado como interdisciplinar.

O curso de psicologia do Centro Universitário Da Grande Dourados - Unigran teve início em 1999 e possui, como modalidade, tanto o bacharelado quanto a licenciatura. O projeto pedagógico do curso não apresenta a temática ambiental nem dispersa nas disciplinas, nem em nenhuma disciplina específica.

No município de Três Lagoas, temos o curso de psicologia da Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul (AEMS), Faculdades Integradas de Três Lagoas. O curso teve início em 2008 e possui a modalidade bacharelado. Apresenta a lei da Educação Ambiental em seu projeto pedagógico e pode-se ver a temática

ambiental em diferentes disciplinas. Além disso, o projeto pedagógico informa que a temática está presente “em seus múltiplos aspectos, em disciplinas, cursos e projetos de extensão e projetos de investigação que promovem o estudo da legislação ambiental e conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável.” (p. 65). É mencionada, no projeto pedagógico, uma disciplina optativa que aborda essa temática, mas não foi possível identificar qual seria. Podemos categorizar a ambientalização como sendo mista.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar do ambiente sempre ter feito parte das discussões das diferentes teorias psicológicas, o mesmo não pode ser dito da temática ambiental propriamente dita. As problemáticas sociais e políticas que atravessam as questões ambientais, apesar de urgentes, são ainda bastante recentes na área psicológica. Boa parte desse atraso se deve a um longo processo de individualização que relegou à psicologia apenas tratar de processos interiores dos sujeitos e grupos.

Somente a partir da década de 1980, quando a psicologia é convocada para um efetivo compromisso social, a temática ambiental torna-se uma urgência. Uma forma de efetivar isso é a partir da inserção da educação ambiental nos projetos pedagógicos dos cursos de formação. A psicologia ambiental quase sempre é a disciplina preferida para realizar estes debates. Contudo, na maioria das vezes em que ela aparece nos currículos, é quase sempre enquanto uma disciplina optativa, o que implica que os alunos podem ou não ter tido contato com esta discussão durante sua formação. Neste sentido, é conveniente que a temática ambiental seja trabalhada de forma transversal nos projetos pedagógicos, ou seja, que ela seja discutida em diferentes disciplinas na graduação.

No caso específico dos cursos de psicologia do estado de MS, foi possível observar que a temática ambiental está parcialmente inserida, mas sua inserção varia bastante conforme cada curso. Ela aparece em dois cursos seguindo um modelo disciplinar, a partir da psicologia ambiental ou correlata. Em outros cursos a temática é abordada ora como interdisciplinar, ora como multidisciplinar ou mista. Com exceção de apenas uma universidade privada que não apresentou a temática ambiental em seu currículo, ela se faz presente em todas as demais.

Podemos inferir, portanto, que a educação ambiental já está bastante presente na maioria dos cursos de psicologia do estado, mas ainda bem distante da plena inserção. É importante mencionar que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de psicologia estão próximas de serem aprovadas, o que implicará em adequações nos cursos. Acreditamos que este trabalho possa auxiliar os cursos de psicologia do estado a adequarem a temática ambiental em seus projetos pedagógicos.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, B. G. A Importância da Lei 9.795/99 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental para Docentes. **Monografias ambientais**, [S. l.], v. 10, n. 10, p. 2148-2157, out./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/6926>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

BRASIL. **Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999**: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm). Acesso em: 4 jul. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 5, de 15 de março de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. **Diário oficial da união**: Seção 1, Brasília, DF, p. 19, 16 mar. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. **Diário oficial [da] república federativa do Brasil**: Seção 1, Brasília, DF, p. 70, 8 jun. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 1071/2019**, aprovado em 4 de dezembro de 2019. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação em Psicologia e estabelecimento de normas para o Projeto Pedagógico Complementar (PPC) para formação de professores de psicologia. Brasília, DF: CNE, 2019.

CARVALHO, D. B.; MONTEIRO, F. S. C. T. Psicologia ambiental como instrumento de ambientalização curricular: um estudo de caso. **Ambiente & Educação**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 189-206, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/4411>. Acesso em: 5 jul. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em questões relativas à terra.** Brasília, DF: CFP, 2019.

FARR, R. M. **As raízes da psicologia social moderna.** Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

HELDER, R. **Como fazer análise documental.** Porto: Universidade de Algarve, 2006.

KITZMANN, D; ASMUS, M. L. Ambientalização sistêmica – do currículo ao socioambiente. **Currículo sem fronteiras**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 269-290, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/kitzmann-asmus.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

FERREIRA NETO, J. L.. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Rev. Dep. Psicol.**, UFF, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 111-120, 2004.

PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de psicologia**, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 2, p. 377-398, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000200011>. ISSN 1678-4669. Acesso em: 30 jul. 2021.

SILVA-SÁNCHEZ, S. S. Política de meio ambiente no Brasil: a construção da cidadania ambiental. **Plural**, [S. l.], v. 6, p. 20-46, 1999. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcsol.1999.77122. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/77122>. Acesso em: 5 jul. 2021.

SOUZA, M. P. R., FACCI, M. G. D.; SILVA, S. M. C. da. EDITORIAL 22.1 - Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. **Psicologia escolar e educacional**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 13-16, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201801001>. ISSN 2175-3539. Acesso em: 30 jul. 2021.

VELHO, G. **Um antropólogo na cidade:** ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.